

HISTÓRIA DO CRISTIANISMO, DE PAUL JOHNSON

Newton de Oliveira Lima¹

JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. São Paulo: Imago, 2001.

RESUMO DESCRITIVO

Em “História do Cristianismo”, São Paulo, Imago, 2001, 680 pp., o historiador inglês Paul Johnson traça uma vigorosa e profunda análise da formação histórica da religião cristã no Ocidente sem desconsiderar seus aspectos culturais e políticos, porém sem ficar preso aos mesmos, numa narrativa histórica integral, procurando uma objetividade que se desenha a partir da sua perscrutação do cristianismo primitivo, caracterizando-o como religião essencialmente histórica, dependente dos relatos e dos escritos sobre seu próprio erguimento. Johnson mostra desde o início o cristianismo como religião auto-constitutiva, estabelecida nos primórdios por Paulo e os judeus cristianizados, influenciados pela mensagem cristã mas com forte apego às tradições hebraicas. Os romanos filiados à sua antiga religião pagã conservaram seu caráter anti-cristão: Tácito, escrevendo sobre o incêndio de Roma em 64 d.C nos *Anais*, se refere ao cristianismo como a detestável religião fundada por Cristo, que fora sacrificado sob o Império de Tibério, na Judéia, sob a gestão do procurador Pôncio Pilatos.

A luta pela afirmação cristã deu-se em meio às diversas seitas hebréias, essênios, ortodoxos, fariseus, os violentos zelotes; os grandes apologistas cristãos desenvolveram uma ‘cultura cristã’ contra a ‘cultura pagã’, e contra seu maior inimigo intelectual, a gnose, sabedoria mística e filosófica, a única no século II capaz de fazer frente ao cristianismo. Com Orígenes é que o cristianismo torna-se um universo cultural à parte do mundo antigo, ele é o primeiro teólogo eclesial. Tertuliano e os primeiros Padres da Igreja avivaram uma batalha imensa contra os

¹ Prof. Ms. de Filosofia Geral e Jurídica da Universidade Federal da Paraíba.

defensores do paganismo, que, pelo seu caráter difamatório, angariou a repulsa dos mais importantes intelectuais da época, ficando as difamações com uma aureola de erro, de calúnia. Esse foi o meio pelo qual o cristianismo, em meio às classes altas, se firmou: a verdade. O cristianismo provou contra seus inimigos sua verdade, primacialmente sua verdade histórica, comprovada pela documentação dos historiadores da época que o comentavam, dos filósofos que o defenderam, dos teólogos nos Concílios que depuraram as heresias precisamente com o fito de estabelecer as verdades teológica e eclesial, a tradição, e pelas demonstrações inabaláveis de fé das primeiras comunidades – Johnson deixa isso claro em sua narrativa. A construção do cristianismo foi, antes de tudo, um processo jurídico, uma luta histórica e uma afirmação de que sua fé tinha sentido histórico e teológico. Assim, como diz Johnson, passaram os cristãos de mártires a inquisidores. A política do Imperador Constantino e sua oficialização da religião foi um momento decisivo, porém o mais importante é o que Johnson nos revela: o soerguimento de uma grande religião pública, substitutiva dos cultos públicos romanos. Se os cristãos foram perseguidos pelo crime de não prestar homenagem aos deuses, eles erigiram uma “religião total”, soergueram a mais totalizante sociedade, onde tudo gravitava em função dos dogmas e incentivos da fé: a sociedade cristã medieval. Nenhuma ordem social buscou tanto seguir uma temática de perfeição como a cristã medieval, consoante Johnson (2001, p.212). Desde a arte até a política, tudo era cristão, no modo de se entronizar um monarca pela coroação, na investidura feita pela Igreja das autoridades judicativas, dos pensamentos internos sobre sexo no âmbito de um matrimônio, na proibição de se cobrar juros, em tudo estava a regra e a inspiração cristãs. A figura do monge asceta enclausurado, até então uma figura ímpar na história, é a própria imagem humana máxima ilustrativa do cristão: vida reclusa pela e para a religião. Diz Johnson (2001, p.224):

Cristo fundara uma Igreja universalista que seria tudo para todos os homens. Mas era também uma Igreja com uma visão intensa, que gerou certezas inflexíveis. Quanto mais a visão se concretizava, mais absolutas tornavam-se as certezas e menos provável era que a universalidade fosse basear-se na unidade. A idéia agostiniana de uma Igreja autoritária, compulsória e total era incompatível com o espírito ecumênico. Daí a tentativa de lhe dar substância nos tempos carolíngios ter levado, inevitavelmente, à cisão com o Oriente.

Na Contra-Reforma a partir do século XVI, a Igreja Católica engendra uma tentativa de se recuperar da crise protestante: a forma de um Estado laico liberto da fé, num primeiro momento a seu favor, no mercantilismo financiador do expansionismo religioso, depois, contra a Igreja: secularismo, absolutismo e iluminismo.

O desgaste da espiritualidade provocado pela cultura secular e científica da Modernidade a partir das décadas da descrença de 1640 e 1650 (JOHNSON 2001, p.399) fez com que o cristianismo exterior, grandioso, valorativo, o poderoso norteador da sociedade fosse gradativamente recluso ao seu aspecto subjetivo, um círculo marginalizado e excepcional diante da *big society* laica e tecnológica – o cristianismo volta ao modo grupal, essa é a conclusão de Johnson. Ultrapassamos a era agostiniana do grande impulso unificador e universal do cristianismo e adentramos na ênfase pelagiana de um exercício pessoal e individual das virtudes pelo cristão singular. Em algum momento talvez se retorne ao impulso cristão integral; porém, Johnson, enquanto católico, se mostra pessimista com os horizontes de um mundo não cristão, ele não vislumbra no quê a cultura laica dos últimos duzentos anos superou a cultura cristã. As promessas da Modernidade, a seu ver, não se revelaram suficientemente progressistas, mas geraram desordem e desespero.

RESENHA CRÍTICA

Nas pegadas de Michel Foucault, podemos dizer que a luta pela construção da ordem e da verdade, do discurso dominante, é a própria luta para a afirmação do poder. Poder e saber se imbricam, se exigem. Assim foi com a formação do cristianismo: um poder que se colocou como verdade desde o início, primeiro como comprovação de sua existência, ou seja, da atividade salvífica da Igreja e da figura de Cristo como homem-Deus; depois, a tradição veritativa de uma teologia dominante e desafiadora de qualquer poder intelectual ou político: monopólio da salvação, luta contra as heresias. Como disse Johnson, o impulso autoritário de Agostinho selou o destino do próprio cristianismo e seus próprios impulsos de poder e de verdade o destruíram: o laicismo científico é a própria consequência de uma secularização prevista no âmbito do desenvolvimento histórico cristão, segundo

teólogos cristãos como Friedrich Gogarten. Já a posição do filósofo alemão Hans Blumenberg parece mais coerente: a secularização, a seu ver, é mais um processo autônomo, desenvolvido por forças independentes do cristianismo, como o renascimento jurídico provocado pela necessidade intrínseca dos burgueses de regulação do intenso comércio em fins do século XIV adiante. A ciência, conforme Blumenberg, também deve seu impulso essencial a fatores não cristãos como a própria lógica autônoma da pesquisa da natureza. A tese de Johnson, por outro lado, concorda com Gogarten e sua apregoação da uma volta de um cristianismo dominante nada mais é do que a expectativa de que o secularismo será por fim superado e que este representa apenas um momento no desenvolvimento do próprio cristianismo.

Não estaria Johnson fazendo profecia histórica, nos dizeres de Karl Popper? Por que esperar uma volta pública dominante do cristianismo? É bem verdade que desde a década de 80 do século anterior ocorre um revigoração do fenômeno religioso, e isto caracteriza o pós-modernismo, essa volta à fé, pelo menos ao sentimento de fé. Mas nem de longe isso ataca a força do *ethos* científico dominante, o qual se coloca como o fundamento da sociedade laica, o próprio substitutivo de Deus na sociedade moderna. Não se sabe ao certo o futuro do cristianismo, porém não se pode condenar a laicização, ela é conseqüência ou reação ao cristianismo, qualquer das alternativas é previsível pelas transformações históricas. O desafio que se impõe ao cristianismo é que dialogue com as mudanças sociais e culturais; sem essa ponte entre fé e discurso, tanto a Modernidade se fecha para valores religiosos como a religião se obscurece numa crise temporal. A obra “Dialética da Secularização”, compilação do debate entre o Cardeal Ratzinger e o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, deixa patente que o diálogo é o mais eficaz mecanismo de aplainamento das diferenças entre as visões humanista e religiosa de mundo. É preciso atualizar os conteúdos da fé, eles são exprimíveis em categorias sempre renováveis e não estanques. A força do cristianismo está no diálogo de seus dogmas com a história, somente assim sua verdade poderá se tornar atualizável e, assim, viva. Como diz Johnson (2001,p.628):

[...] As matrizes cristãs constituem um código a ser traduzido do zero a cada nova situação, de modo que a história cristã é um processo constante de luta e renascimento – uma sucessão de crises, não raro acompanhadas de horror, derramamento de sangue, intolerância e insensatez, mas também evidências de crescimento, vitalidade e um conhecimento ampliado. A natureza do cristianismo proporcionou à Europa uma estrutura flexível de conceitos intelectuais e morais, habilitando-a a se acomodar à transformação intelectual e moral e aproveitar todas as novas oportunidades, à medida que iam surgindo [...]. O relato sobre o cristianismo apresentado neste livro necessariamente enfatizou seus pontos fracos e deficiências, bem como suas distorções institucionais. Contudo, nós o avaliamos em relação às suas próprias proposições estupendas e seu idealismo sem precedentes. Como um exercício de perfeccionismo, o cristianismo não pode ser bem-sucedido, nem por suas definições internas; o que ele está pronto para fazer é estabelecer metas e padrões, elevar aspirações, educar, estimular e inspirar. Sua força reside na avaliação justa do homem como criatura falível, que anseia pela imortalidade. Seu mérito moral notável está em investir o indivíduo de uma consciência moral e ordenar que a siga. Era dessa forma específica de libertação que S. Paulo estava falando ao referir-se à liberdade que os homens encontram em Cristo. E, naturalmente, é a mãe de todas as demais liberdades. Afinal, a consciência é inimiga da tirania e da sociedade compulsória; e foi a consciência cristã que destruiu as tiranias institucionais criadas pelo próprio cristianismo – o mecanismo autocorretivo em ação.